

O PROCESSO DE *MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL* E SUA FORMA “ADEQUADA” DE CONHECIMENTO

RICARDO LARA*

(UFVJM, ricbrotas@terra.com.br)

MÁRCIO LUPATINI**

(UFVJM, mlupatini@yahoo.com.br)

ELLEN LUCY TRISTÃO***

(ellen_lucy@yahoo.com.br)

RESUMO: A forma predominante de acumulação, em sua fase de *mundialização do capital*, é a forma do capital portador de juros, a forma mais absurda e fetichizada do capital. Na primeira parte do nosso artigo demonstramos a essência dessa forma de “acumulação financeira”, apontando as características que a tornam uma fase específica, diferenciada das formas pretéritas do modo de produção capitalista. Em seguida, apresentamos nossa concepção de conhecimento, o qual se alicerça numa determinada realidade histórico-material, socialmente construída, para a partir daí demonstrarmos o pensamento “pós-moderno” como arma contra-revolucionária da burguesia em sua defesa de uma sociedade regida pela lógica do capital financeiro.

Palavras-chave: Mundialização do capital, capital financeiro, ciência, luta de classes, pós-modernismo.

THE MUNDIALIZATION OF THE CAPITAL PROCESS AND ITS “ADEQUATED” FORM OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: The prevailing form of accumulation, in mundialization of the capital phase, is the interest-bearing capital form, the most absurd and fetished. In the first part of our article we will demonstrate the essence of this “financial accumulation” form, pointing the properties that turn it into a specific phase, different of preterit forms in the capitalist manner of production. After that, we present our concept of knowledge, that is founded in a determined historical-material reality, socially built, thence we will show the “post-modern” thinking as a con-revolutionary bourgeois expedient in its defense of a society managed by the finance capital logic.

Key-words: mundialization of the capital, finance capital, science, class-conflict, post-modernism

O conhecimento da realidade social é uma condição perene do ser humano. A produção, elaboração e transmissão de conhecimento se alicerçam nas determinações materiais, históricas, sobre as quais o homem se desenvolve. Numa sociedade marcada pelo conflito de classes, antitética, a produção do conhecimento pode assumir dois papéis distintos: ser instrumento revolucionário, que desvela a essência dos elementos que constituem e movem uma sociedade, demonstrando seu caráter contraditório e criando os alicerces para sua superação; ou ser instrumento apologético, num movimento contra-revolucionário que não demonstra nenhum compromisso com a explicação da realidade, mas apenas com sua conservação. Na superação da sociedade feudal, o conhecimento, a teoria, foi arma fundamental da burguesia revolucionária na superação daquelas bases

materiais. Porém, logo que assumiu o poder político nos principais países, a burguesia se armou contra as possíveis armas teóricas de sua classe antagônica, o proletariado. Como classe dominante, a burguesia tenta mistificar e justificar a realidade social do modo de produção capitalista, impedindo o acesso dos trabalhadores ao conhecimento, ou, o que é mais grave – tendo o domínio das bases materiais, econômicas, e logo das ideologias e conhecimentos produzidos sobre essas bases – acaba por criar teorias e métodos que distorcem a realidade.

Desde o século XIX, até os dias atuais, o modo de produção capitalista, sem modificar sua essência centrada na valorização do capital, assume características distintas, adequadas a sua reprodução em determinadas bases materiais e históricas. Suas bases materiais e históricas se refletem na produção, elaboração e transmissão do conhecimento produzido em determinada fase do modo de produção capitalista. Muitos autores denominam a atual fase do modo de produção capitalista de “Globalização” e aliam a essa fase o pensamento “pós-moderno” como sua expressão no conhecimento.

Nosso artigo pretende, em sua primeira parte, demonstrar a essência da atual fase desse modo de produção, para a qual assumimos a denominação de *mundialização do capital*. Distinta das fases pretéritas, a *mundialização do capital* se caracteriza, predominantemente, por assumir a forma de produção e reprodução do capital em escala eminentemente mundial, orquestrada cada vez mais pela forma mais absurda e fetichizada do capital, o capital portador de juros. Essa forma mais fetichizada do capital assume na *apropriação de riqueza abstrata a forma* absurda de capital que se valoriza sem sair da “esfera financeira” (D–D’), sem a mediação da produção de mercadorias (D–M–D’). Nesse sentido, a desregulamentação das “finanças”, como também de quaisquer leis que se imponham a determinar e controlar as relações sociais, o crescimento da dívida pública, o surgimento de “novos atores financeiros”, como os fundos mútuos, fundos de pensão e companhia de seguros, e a indústria bélica tornam-se os principais elementos para “sustentar” a “acumulação financeira”. Desemprego estrutural em massa, miséria, precarização do trabalho, guerra, destruição ambiental são algumas das conseqüências dessa forma de acumulação assumida pelo capital.

Na tentativa de justificar a “acumulação financeira”, forma mais absurda e fetichizada do capital, o pensamento “pós-moderno” torna-se importante instrumento contra-revolucionário. Este vem a se somar e levar ao extremo a fragmentação das Ciências Sociais e Humanas, iniciada já na segunda metade do século XIX, impossibilitando que essas áreas de conhecimento desvelem a essência de sua realidade social, sendo armas teóricas do proletariado contra a sociedade burguesa. Mais do que isso, o pensamento “pós-moderno” “enterra” os fundamentos do Programa da Modernidade, centrados na razão e na objetividade. Só uma forma absurda e esvaziada de conhecimento pode ser adequada a essa forma absurda e fetichizada do capital em sua acumulação. Na segunda parte de nosso artigo, pretendemos desenvolver o pensamento pós-moderno, como forma “adequada” de conhecimento da burguesia conservadora, nesta atual fase de *mundialização do capital*. Pois este torna-se a arma da burguesia, contra as armas teóricas que poderiam ser utilizadas pelo proletariado, caso este pudesse revelar a essência desse modo de produção e com isso revolucioná-lo, criando um mundo para os homens e não que se movesse pela lógica do capital.

1. “Globalização”: o “jeito de ser” do capital em sua plenitude e em suas contradições

1.1. O sentido real do termo “globalização”

O termo “globalização” vem, desde os anos 1980, ganhando importância e amplitude no âmbito acadêmico e dos “negócios”. François Chesnais mostra-nos a origem deste termo:

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “*business management schools*” de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M. E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estréia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. (CHESNAIS, 1996, p. 23)

Sem dúvida, nas últimas décadas, o modo de produção capitalista se aproximou da tendência apontada por Marx e Engels em *O Manifesto Comunista*, a saber: “a necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares” (MARX e ENGELS, 1996, p. 14). Mas essa tendência não se põe da forma reacionária, a qual os ideólogos e difusores da “Globalização” propagam, entre eles Kenichi Ohmae, como fica demonstrado no “Prefácio” de sua obra *Além das fronteiras nacionais*:

Há muita desinformação sobre a economia internacional. Lembro-me de ter estudado, no ginásio, o princípio dos vasos comunicantes: a água despejada em qualquer um dos vasos atinge o mesmo nível em todos, independentemente dos formatos de cada um. Os países modernos estão interligados como estes vasos. Nos diversos países surgem padrões de vida semelhantes, que levam as pessoas a serem criadas dentro dos mesmos padrões de consumo e sistemas de valores. O resultado é uma distribuição mais ou menos natural do capital humano e dos recursos tecnológicos, não importa as fronteiras nacionais. (OHMAE, 1988)

Acerca da dita fase da Globalização, afirmamos que as posições que simplesmente aderem a idéia panfletária de “Globalização”, como esta, não apreendem o movimento do real e suas contradições nas últimas décadas. Para estas posições a dita Globalização é o resultado natural do desenvolvimento da humanidade e, uma vez atingida, torna-se inevitável, diante dela restar-nos-ia apenas inserir-nos, adaptar-nos. Seria esse o “fim da história”. Essas posições – marcadas pela ideologia da classe dominante – não consideram a “Globalização” como construída socialmente, em condições históricas específicas, as quais pressupõem a existência de duas classes sociais – capitalistas e trabalhadores.

Ao contrário do que esses autores da apologética burguesa defendem, o período atual não nos demonstra uma globalização mundial do “fluxo” de trabalhadores, da cultura, das artes, ou do conhecimento universal, em sua forma mais acabada. Não vivemos sobre bases materiais nas quais se manifeste a globalização dos conhecimentos acerca dos princípios desenvolvidos socialmente para o domínio do homem sobre as forças naturais e, muito menos, das condições para um desenvolvimento das potencialidades humanas e para a potencial emancipação do homem. No sentido mais preciso e fiel com a realidade das últimas três décadas, o que observamos é a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1995 e 1996) e “a globalização da pobreza” (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Para desmistificar o dito caráter “homogêneo” da “Globalização”, basta citar que “enquanto os países ricos (onde vivem 15% da população mundial) controlam 80% do total da renda mundial, o grupo dos ‘países de baixa renda’ (56% da população mundial, incluindo as da Índia e da China, com mais de 3 bilhões de habitantes) recebeu, em 1993, aproximadamente 5% do total da renda mundial [...]” (CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 30). Poderiam, então, os defensores da ordem burguesa afirmar, de forma cínica, que em 1993 os resultados da dita Globalização e os benefícios “do mercado globalizado” ainda não se tinham manifestado em sua plenitude. Porém, dados recentes fornecidos por José Paulo Netto (2008), com base em Alex F. Mello, confirmam-nos ser esta também a realidade do início do século XXI:

Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58% dos habitantes da terra, não chegam a 5% renda total. Considerado, porém, a população mundial em seu conjunto, os números do *apartheid* global se estampam com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem apenas de 0,5% do rendimento mundial, enquanto os mais ricos dispõem de 79%. Basta para isso pensar que um único banco de investimento, o Goldman Sachs, divide anualmente o seu lucro de US\$ 2,5 bilhões de dólares entre 161 pessoas, enquanto um país africano, como a Tanzânia, com um PIB de apenas US\$ 2,2 bilhões, tem de sustentar 25 milhões de habitantes. A concentração [de riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada do metade mais pobre da população mundial – cerca de 2,8 bilhões de pessoas. (NETTO, 2008) Frente as posições vazias e que não compreendem o movimento do real, temos, também, interpretações acerca da “Globalização” que demonstram um comprometimento com a compreensão da realidade e, até mesmo, algumas que se colocam como críticas a esse modo de produção antitético.

Dentre estas, temos as interpretações que simplesmente negam que as últimas décadas possuem elementos diferenciados na produção e reprodução do capital, em escala ampliada. No âmbito desta perspectiva, há autores que negam o fato de que existem elementos quantitativos e qualitativos diferenciados e remontam ao período do final do século XIX e início do XX para demonstrar, com indicadores de comércio, investimentos, fluxo migratório populacional, entre outros, de que o período recente não tem nada de diferenciado. Outros autores até mesmo identificam a “Globalização” como sendo um processo crescente e linear associado ao desenvolvimento do mercado mundial e em sua argumentação remontam aos séculos XVI e XVII. Ambas posições, a despeito de sua intenção, também não permitem compreender o real movimento do presente, assim como não contribuem na construção coletiva de uma sociedade *para além do capital*. Estas posições acabam por obscurecer a realidade das últimas décadas ao invés de revelá-la.

Defendemos aqui o argumento de que nas últimas décadas têm-se elementos que diferenciam essa atual fase do modo de produção capitalista de sua configuração do passado, elementos que colocam a fase de *mundialização do capital* como sendo quantitativa e qualitativamente distinta das fases e ciclos pretéritos deste modo de produção. Desta forma, seguindo o tratamento dado por Chesnais, é mais apropriado tratar as últimas décadas, sobretudo desde 1980, como marcadas pela fase da mundialização do capital. Chesnais esclarece:

Em vez de usar o termo “globalização” e, portanto, de fazer referência à “economia” de modo vago e impreciso, parece então desde já preferível falar em “globalização do capital”, sob a forma tanto do capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços quanto do capital concentrado que se valoriza conservando a forma dinheiro. Pode-se então dar mais um passo, aquele que consiste em falar de “mundialização” em vez de “globalização”. [...] O fato de colar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado [...] é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados [...]. A mundialização do capital apresenta-se como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar, e depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (CHESNAIS, 1995, p. 05-6).

Para entendermos esta fase específica do desenvolvimento do mercado mundial e do modo de produção capitalista, trataremos, no próximo item, da forma mais fetichizada, acabada e absurda do capital, *o capital concentrado em sua forma-dinheiro*. Isso se justifica, pois a mundialização do capital “é, mais do que qualquer outra, a [mundialização] do capital monetário, o que conserva a forma dinheiro, valorizando-se no interior da esfera financeira mas nutrindo-se de punções sobre os rendimentos criados no curso da produção de valor e de mais-valia” (CHESNAIS, 1997, p. 31). *O capital concentrado em sua forma-dinheiro*, portanto, busca sua valorização sem sair da “esfera financeira”, mas se “alimenta” de punções da mais-valia “gerada” na produção.

1.2. Capital em sua “forma” mais fetichizada

Desde a crise dos anos 1970, sob égide do capital financeiro, o capital vem rompendo crescentemente as amarras que lhe foram impostas no pós-guerra, as quais se manifestam em leis e regulamentações que passam a determinar, controlar as relações sociais.ⁱ Essa crise pode ser entendida como uma crise de superprodução, crise estrutural do modo de produção e reprodução do capital, como afirma Ernest Mandel: “a recessão generalizada de 1974/75 é uma crise clássica de superprodução. [...] A recessão de 1974/75 é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros” (MANDEL, 1990, p. 23). Desde a constituição plena do capitalismo, início do século XIX, as crises capitalistas são frequentes, pois são inerentes ao modo capitalista de produção. Mas é bem verdade que, desde então, se metamorfosearam e alteraram suas manifestações, suas formas de aparição, pois resultam de momentos históricos particulares no desenvolvimento deste modo de produção (MANDEL, 1990). Como expressão da crise dos anos 1970, tem-se o declínio da taxa de lucros nos principais países capitalistas, como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Japão.ⁱⁱ

O capital desde então, frente à queda da taxa de lucros, vem rompendo com as amarras das relações sociais estabelecidas no pós-guerra. Esse rompimento se deu com auxílio dos principais Estados capitalistas, os quais adotaram políticas de liberalização, desregulamentação e privatização a partir da “Era de Thatcher e de Reagan” (CHESNAIS, 1995). Com esse movimento, porém, ressurgem os “problemas” que o mundo capitalista parecia ter eliminado no pós-guerra, tais como: desemprego em massa, mas agora

estrutural, miséria, precarização do trabalho (HOBBSAWM, 1995). Esta fase específica do modo de produção capitalista, a *mundialização do capital*, deve ter sua gênese entendida como:

[...] resultado de dois movimentos conjuntos, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 24)

Nesta fase de *mundialização do capital*, a “grande finança” está no centro das relações econômicas e sociais, e é por esta dimensão que devemos iniciar para compreendermos o movimento do real neste início do século XXI, no qual se manifesta, de forma sem precedentes, a forma mais fetichizada e absurda do capital: o capital portador de juros.

Em sua busca incessante pela valorização do valor, o capital se manifesta no movimento sempre renovado $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido de mais dinheiro), cujo objetivo final é a *apropriação de riqueza abstrata*. Porém, o capital portador de juros aparece numa forma absurda e fetichizada da produção e reprodução do capital, surge como $D - D'$, ou seja, capital que se autovaloriza sem a mediação da produção de mercadorias. Chesnais nos esclarece que o capital portador de juros:

[...] busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. (CHESNAIS, 2005, *capital*, uma ascensão das “finanças internacionais”. Esse movimento de ascensão, no entanto, não foi apenas produto do movimento *per se* do capital, mas teve a contribuição direta dos principais Estados capitalistas. Esta contribuição ocorreu de duas formas: a) através da p. 35)

Tem-se assim, na fase de *mundialização do* desregulamentação das operações financeiras promovida por estes Estados; e b) pela forma como esses Estados passaram a financiar suas dívidas (públicas). Dominique Plihon nos esclarece acerca da contribuição dos Estados, a qual se deu:

Em primeiro lugar, ao realizar a desregulamentação e a destaxação das operações financeiras, o que facilitou enormemente a mobilidade internacional do capital financeiro. [...] [Em segundo lugar] ao recorrerem maciçamente aos mercados financeiros internacionais para financiar sua dívida. O crescimento do mercado internacional de títulos de dívida foi amplamente sustentado pelos empréstimos públicos. A dívida pública constitui atualmente o suporte privilegiado das aplicações internacionais (PLIHON, 1995, p. 68).

As medidas de desregulamentação têm como objetivo a “acumulação financeira”. Por acumulação financeira entendemos: “a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-lo sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações, ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços” (CHESNAIS, 2005, p. 37). Medidas que dessem mais mobilidade ao capital financeiro já eram estabelecidas nos anos 1950, nos Estados Unidos, embora a desregulamentação das operações financeiras em *prol* dessa mobilidade venha se manifestar de forma mais clara apenas nos anos 1960 – com o “mercado de eurodólares” – e nos anos 1970 – com a “reciclagem dos petrodólares”. Essa liberalização e desregulamentação ganhou traços mais definidos e uma maior amplitude nos anos 1980 e 1990. Período que Chesnais sintetiza como a fase de “mundialização financeira”.ⁱⁱⁱ

Quanto ao papel da dívida pública, esta passa a ser alicerce privilegiado da “acumulação financeira”, desde o final dos anos 1970 e início dos 1980, com a brutal elevação das taxas de juros, realizada de forma unilateral pelos Estados Unidos, em 1979^{iv}. A dívida pública, então, não só atende às necessidades do financiamento dos Estados, mas também vem “alimentar” a massa de capital concentrada nos grandes grupos – fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro – sob a forma-dinheiro. A gênese da ampliação da dívida pública nos anos 1980 se alicerça nos interesses dos governos e desses grandes grupos, no limite, sob interesse do capital, como nos esclarece a citação:

A formação dos mercados de bônus liberalizados veio responder às necessidades, ou atender aos interesses, de dois grupos de atores importantes: os governos e os grandes grupos que centralizavam poupança. Atendeu [...] às necessidades de financiamento de déficits orçamentários dos governos dos países industrializados. [...] A “mercadorização” dos títulos públicos marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positiva. Ela pôs nas mãos dos investidores financeiros a capacidade de determinar o nível de “remuneração dos empréstimos”, isto é, das taxas de juros a longo prazo. [...] A “securitização” da dívida pública provocou a explosão da dívida federal [norte-]americana [...] [a qual] era de 322 bilhões de dólares em 1970, 906 bilhões de dólares em 1980, 4.061 bilhões de dólares em 1992. (CHESNAIS, 1998, p. 26-7)

Assim, os “credores” estabelecem o seu patamar de “rentabilidade”. Na prática, os “credores” do Estado antecipam para si montantes que serão arrecadados pelo Estado na forma de impostos. Marx nos mostra que “a acumulação do capital da dívida pública significa [...] apenas a multiplicação de uma classe de credores do Estado autorizados a retirar antecipadamente para si certas somas do montante dos impostos” (MARX, 1982a, p. 19). Dessa forma, os impostos são montantes que se originam de valores oriundos da produção real. Frequentemente os “credores” do Estado que se apropriam dos impostos, acabam por não contribuir em nada ou quase nada. Sendo assim “a dívida pública sempre teve por origem as relações de classe e o poder político que permitem os ricos escapar amplamente, ou mesmo quase completamente, dos impostos” (CHESNAIS, 2005, p.39).

As conseqüências da lógica estabelecida pela forma do capital portador de juros, capital em sua forma mais fetichizada, alicerçada sobre a dívida pública, tem resultados que se manifestaram e se manifestam nas políticas econômicas dos Estados. Como ilustra Chesnais: “a dívida pública gera pressões fiscais fortes sobre as rendas menores e com menor mobilidade, austeridade orçamentária e paralisia das despesas públicas. No curso

dos últimos dez anos, foi ela que facilitou a implantação de políticas de privatização nos países chamados ‘em desenvolvimento’” (CHESNAIS, 2005, p. 42). Políticas essas que não objetivam favorecer a maioria da população, mas apenas “sustentar” a “acumulação financeira”. Levando ao “público” a lógica do “privado”, em sua roupagem financeira.

O resultado dessa configuração é que a “esfera das finanças” ganhou contornos e amplitude nas últimas décadas. Nesta “ascensão das finanças” o mercado de câmbio é um *locus* privilegiado para a “acumulação financeira”. Isto pode ser expresso pelos seguintes indicadores: nos países da OCDE o PIB cresceu quase duas vezes, os fluxos comerciais duas vezes, o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro mais de três vezes, porém as transações no mercado de câmbio cresceram mais de oito vezes, na década de 1980 (CHESNAIS, 1996). Houve, portanto, um crescimento expressivo das transações nos mercados de câmbio. Entretanto, essas transações têm pouca relação com o comércio de mercadorias, pois, atualmente, dos mais de 1,5 trilhões de dólares que se “realizam” no mercado de câmbio, menos de 10% (de forma otimista 20%) têm relação direta com o comércio de mercadorias. Logo, a maior parte atende a lógica estritamente financeira. Isso foi permitido pela liberalização dos fluxos de capital na esfera mundial e adoção de taxas de câmbio flutuantes pelos principais países capitalistas desde os anos 1970.

A dimensão da “esfera das finanças” adquiriu proporções inimagináveis nos últimos anos. Leda Paulani nos mostra que “a riqueza financeira considerados aí ações, títulos de dívidas privados e públicos e aplicações bancárias, [...] [em seu] valor mundial de 1980 até 2006, [...] cresceu 14 vezes. Agora se você pegar o quanto cresceu o PIB mundial no mesmo período, não cresceu cinco” (PAULANI, 2008). Em outros termos, podemos dizer que estas cifras são em grande parte o que Marx denominou de *capital fictício*.

Este crescimento da “esfera das finanças” tem a participação crescente dos novos atores (fundos de pensão e fundos mútuos, companhias de seguros, entre outros) e do desenvolvimento de novos “produtos financeiros” (mercado de derivativos, por exemplo), os quais são manifestações das inovações e peripécias financeiras. Os fundos de pensão e os fundos mútuos estão no epicentro do movimento das “finanças” desregradadas e mundializadas. Atualmente, esses atores financeiros concentram grande poder na “esfera das finanças”, o que pode ser ilustrado pelos seguintes dados: os fundos de pensão e os fundos mútuos na “praça financeira” de Paris foram responsáveis por mais de 90% das transações em ações, e pelos movimentos diários dos preços das ações. Nos Estados Unidos, no período recente, os fundos de pensão concentram 21% das ações, os fundos mútuos 19% e as companhias de seguros em torno de 8%. Ou seja, concentram mais de 50% das ações.

Estes fundos se alimentaram e se alimentam de poupança dos assalariados e das famílias afortunadas. Desenvolveram-se num contexto de erosão das conquistas sociais constituídas no pós-guerra e de elevação das desigualdades de renda. Mas, a despeito de suas fontes originárias de recursos, estes fundos agem e estão apenas preocupados com a rentabilidade financeira dos seus títulos e de suas aplicações. Hoje são os principais acionistas das empresas, assim como são “credores” expressivos dos principais Estados capitalistas, através da propriedade de títulos da dívida pública destes Estados. Como “credores” do Estado exigem que estes adotem políticas que lhes proporcionem rentabilidade em suas aplicações, por exemplo, taxas de juros elevadas, as quais têm efeitos contracionistas no setor produtivo, com implicações para os assalariados (desemprego, redução de salários, por exemplo). Ademais, como principais acionistas, exigem dos grandes grupos industriais que estes lhes dêem rentabilidade máxima, ou seja, os grupos industriais passam atuar sob a lógica das “finanças” (SAUVIAT, 2005). A este

respeito, como bem disse François Chesnais, nas últimas décadas, os grupos industriais são “grupos financeiros de predominância industrial” (CHESNAIS, 1996, p. 275). Além do mais, nos últimos anos, buscando estritamente a “acumulação financeira”, estes fundos passaram a realizar operações que propiciassem maior rentabilidade, entretanto estas também envolviam maiores riscos (*hedge funds*). Não é fortuito que muitos destes fundos estão tendo, com a “crise financeira” de agora (2007-8), grandes perdas financeiras. Diante dessa lógica, em muitos países, as aposentadorias baseadas na participação deste capital fictício (nos termos de Marx), “criado” estritamente na “esfera financeira”, podem “evaporar” em momentos de crise. Uma última consequência que devemos frisar é que a natureza destes fundos e os seus tentáculos acirram a luta de classes alterando-a qualitativamente, colocando novos imperativos à classe trabalhadora. Os grandes grupos agem sob a lógica financeira e, portanto, do capital, não do trabalho, porém, ao mesmo tempo um número cada vez maior de trabalhadores assalariados se colocam a mercê destes fundos, do seu capital fictício, e de sua lógica, seja pelas aposentadorias vinculadas aos fundos de pensão, seja pela lógica que esses “agentes financeiros” impõem às políticas públicas, enquanto “credores” do Estado, ou às empresas das quais são acionistas e nas quais os trabalhadores se empregam.

Outro importante componente desta fase de *mundialização do capital* é a indústria bélica, e o papel que sua atual configuração exerce. A guerra como “engrenagem interna” da produção e reprodução do capital, sob a égide do capital financeiro, já foi mostrada por autores críticos à “ordem burguesa”, como Rosa Luxemburgo e Michal Kalecki. A indústria bélica é funcional para resolver crises capitalistas de superprodução, assim como para assegurar fontes de matérias-primas e “espaço mundial” de acumulação de capital para os grandes grupos monopolistas. Ademais, esta indústria é *locus* privilegiado de desenvolvimentos científicos e tecnológicos, os quais, no entanto, serão aplicados em atividades manufatureiras/industriais apenas posteriormente.

A indústria bélica teve um papel importante no crescimento da economia norte-americana no pós-guerra. Segundo Baran e Sweezy os gastos de armamentos cresceu em torno de cinco vezes entre 1947 e 1963, passando de US\$ 11,4 para US\$ 55,2 bilhões. O papel da indústria bélica nos Estados Unidos no pós-guerra fica evidente nestes dados apresentados por Baran e Sweezy:

Cerca de seis ou sete milhões de trabalhadores, ou mais de 9% da força de trabalho, dependem hoje, em seus empregos, do orçamento militar. Se as despesas militares fossem novamente reduzidas às proporções anteriores à Segunda Guerra Mundial, a economia norte-americana voltaria a um estado de depressão profunda, caracterizada por taxas de desemprego de 15% e mais, como ocorreu durante a década de 1930. (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 157)

Ao contrário do que afirmam os defensores da “ordem burguesa”, a guerra é um componente interno da produção e reprodução do capital. Não é algo fortuito, exógeno como estes fazem questão de expor. Nos últimos anos, nos Estados Unidos, sobretudo desde do final do governo Clinton e no governo Bush, a indústria bélica tem aumentado sua participação na economia. O volume dos negócios dos quinze maiores grupos de armamentos dos Estados Unidos atingiu, aproximadamente, US\$ 142 bilhões em meados de 2000, destes, mais de 2/3 se referem a atividade militar de defesa. Além disso, estes grupos empregam mais de 628 mil trabalhadores.^v

É bem verdade que, entre 1986 e 1998, ocorreu um declínio dos gastos militares no Estados Unidos. Mas, desde então, com “a doutrina de segurança nacional dos Estados

Unidos, formulada ainda sob a administração Clinton, mas que atingiu seu caráter acabado em 2002, legalizou-se colocando no centro dos ‘interesses vitais’ a democracia e a defesa da economia de mercado e do livre-comércio. Sob esta base, ela justifica o uso preventivo – em outros termos, discricionário – da força militar” (MAMPAEY e SERFATI, 2005, p. 224). Também ocorreu uma brutal concentração e centralização do capital na indústria de armamentos nos Estados Unidos entre 1990 e 2003, assim como esta indústria se reestruturou sob a égide do capital concentrado sob forma-dinheiro.

A origem do processo de concentração do capital se deu a partir do declínio dos gastos militares nos Estados Unidos, por volta de 1986, fim do período das “vacas gordas” de Reagan, como bem afirmam os autores Mampaey e Serfati (2005), quando o Estado deixa a reestruturação dos “grupos armamentistas” por conta dos acionistas. Dentre esses acionistas dos grupos de armamentos nos Estados Unidos, os principais são os denominados “investidores institucionais”, em outros termos, exatamente os fundos de pensão e fundos mútuos.

Estes investidores foram auxiliados pelos escritórios de analistas e de consultores, pelos bancos de investimento, pelos “formadores de opinião” dos mercados financeiros para conseguirem maximizar seus “ganhos bursáteis”. Sob esta lógica, o resultado foi que as fusões e aquisições dos grupos de armamentos, na década de 1990, nos Estados Unidos, fizeram com que estes grupos se tornassem dependentes da produção de armas e dos contratos firmados com o Pentágono. Com sua reestruturação, ou seja, fusões e aquisições, no período de 1990-1997, as cotações dos títulos das principais empresas do setor de armamentos apresentaram uma alta, porém a partir de 1997, as cotações dessas empresas começaram a diminuir. Como nos mostram os autores Mampaey e Serfati, o departamento de Defesa ficou demasiadamente preocupado com a queda das cotações das empresas.

Seus responsáveis atribuem a queda de certas cotações a comportamentos “imediatistas” dos “mercados” e lembram que nada justifica esse comportamento para uma indústria de “longo prazo”, como a da defesa. Declaram, ao mesmo tempo, que a baixa dos desempenhos bursáteis é uma ameaça a segurança nacional dos Estados Unidos. De fato, a partir de 1998, o orçamento da defesa pára de diminuir por iniciativa da administração Clinton. Desde 1999, o orçamento militar, em particular das despesas consagradas à P&D e à produção [...], registra uma elevação espetacular, pois a administração propõe um aumento de US\$ 110 bilhões para o período 1999-2003. O movimento de alta dos orçamentos militares é, pois, bem anterior à eleição de G. Bush e ao 11 de setembro. Foi preciso que algum tempo antes o programa de aumento das despesas militares decididas por Clinton tranquilizasse os mercados e não aparecesse como um feliz acidente [...]. A alta das cotações recomeça finalmente alguns meses antes de 11 de setembro, num contexto de desmoronamento de Wall Street e principalmente da Nasdaq (MAMPAEY e SERFATI, 2005, p. 235)

Concluimos assim, uma lógica no mínimo curiosa, para não dizer catastrófica à humanidade: o Estado, para se financiar, adota taxas de juros positivas, tendo entre seus “compradores” de títulos os fundos de pensão e os fundos mútuos. Esse mesmo Estado, no entanto, crescentemente demanda armas dos grupos de armamentos, os quais também têm como seus principais acionistas os fundos de pensão e os fundos mútuos. Observamos, então, os dados dos “ganhos financeiros” dos investimentos no setor de armamentos, entre 2000 e 2003, os quais são reveladores do que esta indústria pode proporcionar. Mesmo num período de “turbulência”, como o de meados de 2000, quando houve o estouro da

“bolha” nas empresas de informática etc. (“nova economia”), o ganho de quem investiu na “velha economia” armamentista pôde chegar a mais de 100%, como nos mostra a citação:

A Nasdaq atingiu seu pico em 10 de março de 2000, com 5.060,34 pontos, antes de começar a queda vertiginosa que a conduziu a seu mais baixo valor, de 1.116,76 pontos em 10 de outubro de 2002. Imaginemos um investidor informado e perspicaz, ou simplesmente sortudo: pressentindo o desastre da “nova economia”, ele se volta prudentemente para a “velha economia” de armamento. Para uma carteira composta de uma ação de cada empresa do índice DFI, teria realizado, 44 meses mais tarde, um ganho de 100,81%.

Para completar este quadro, tem-se a criação do Departamento de Segurança Nacional (DSN), em 2002, nos Estados Unidos, o qual se compõe por 22 agências e conta com 1 milhão e 700 mil empregados e uma dotação orçamentária de U\$ 38 bilhões, só para os aspectos militares, o que corresponde a 22% do total. A essência do que significa a criação do Departamento de Segurança Nacional e a “Nova Doutrina de Segurança Nacional” dos Estados Unidos é bem revelada na seguinte citação:

A criação do [Departamento de Segurança nacional] deve ser relacionada com o tipo de relações econômicas e geopolíticas internacionais que existem há uma década, isto é, com a mundialização dominada pelo capital financeiro e o lugar ocupado pelos Estados Unidos. Ela é inseparável da nova doutrina de segurança nacional, que já estava formulada na administração Clinton, mas atingiu um caráter acabado com a publicação pela Casa branca, em 17 de setembro de 2002, do documento sobre “a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos”. Esse documento justifica o uso prioritário – em outros termos, discricionário – da força militar para uma gama muito diversificada de ameaças contra os “interesses vitais” do país. Essas incluem a defesa da economia de mercado e do livre-comércio, “princípio moral antes de se tornar um pilar da ciência econômica”. (MAMPAEY e SERFATI, 2005, p. 243)

É sob a lógica das “finanças” que operam, então, os grupos armamentistas e seus demandantes (Estados capitalistas), os quais agem em nome da “defesa nacional”, da “economia de mercado”, do “livre-comércio” e da “guerra contra o terrorismo”. Guerras, produção de armas, destruição de vidas, de civilização (como a do Iraque, a qual é milenar), da natureza, tudo é feito em nome dos atores financeiros, ou mais precisamente, do capital financeiro e seus imperativos. Diante dessa lógica “financeira” coloca-se a hipótese de “guerra sem limites” (MAMPAEY e SERFATI, 2005).

1.3. A essência do “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira

Vimos até aqui que, nos últimos anos, o capital, sob a forma de capital portador de juros, mais do que nunca, busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira. Este aspecto merece ser melhor desenvolvido e qualificado. No Livro I d’*O Capital*, Marx já demarcava que o “movimento do capital é insaciável”, pois “a circulação do dinheiro como capital é [...] uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro deste movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1983a, p. 129). Desta forma, a valorização do valor só é possível no movimento sempre

renovado de valorização do capital (D – M – D’), cujo o objetivo final é a *apropriação de riqueza abstrata*. Para aumento do valor-capital e para o seu sempre retorno a forma capital-dinheiro, *apropriação de riqueza abstrata*, o capital global (total) tem que, necessariamente, percorrer as três fases, capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo, e deve existir permanentemente sob cada uma destas três formas (TAVARES e BELLUZZO, 1980).

Neste sentido, o capital só pode ser compreendido em seu movimento. Daí a dificuldade de compreensão nas análises que permanecem na produção imediata do capital, ou nas análises que apenas se concentram em uma das formas, em uma das fases do capital. Marx é claro: “[o capital só] pode [...] ser entendido como movimento e não como coisa em repouso”. Em seguida, não hesita e adverte: “aqueles que consideram a autonomização do valor como mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração *in actu*. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais se mantém e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumenta” (MARX, 1983b, p. 78).

O que queremos demarcar é que para o possuidor de dinheiro que quer valorizar seu capital, sob a forma capital portador de juros, o capital aparece-lhe na sua forma mais acabada e fetichizada D – D’. Porém, o “fetiche do capital” já aparece quando a mais-valia recebe a “forma transmutada”, “mistificada”, “fenomênica” de lucro. Quando o capitalista adianta capital, este não faz distinção entre o capital investido em meios de produção (capital constante) e o investido em força de trabalho (capital variável). Todo valor adiantado aparece-lhe como capital adiantado total (num único “bloco”) e que se valoriza *per se*. Como nos esclarece Marx “dentro do adiantamento de capital, a força de trabalho conta como valor, mas no processo de produção ela funciona como formadora de valor. No lugar do valor da força de trabalho, que figura dentro do adiantamento de capital, surge, no capital produtivo realmente funcionante, a própria força de trabalho viva, formadora de valor” (grifo nosso) (MARX, 1983c, p. 25). A essência do fetiche do capital é mostrada por Marx ao desenvolver a idéia de que quando o capitalista adianta capital para produção de mercadorias, e não distingue a parte constante da parte variável do capital, como origem de valor, este transfere para seu capital global a faculdade de criar valor. Eis a forma fetichizada do capital: “o capital aparece como relação consigo mesmo [...] que ele produz esse valor novo durante seu movimento através do processo de produção e do processo de circulação” (MARX, 1983c, p. 38-9) e a mais-valia aparece na forma “transmuta” de lucro, assim como o valor da força de trabalho aparece como salário.

Mas é na forma de capital portador de juros que se desenvolve o fetiche do capital de forma mais acabada e absurda. Vejamos o caráter específico do capital portador de juros:

[...] o capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho. A coisa é diferente com o capital portador de juros, e justamente essa diferença constitui seu caráter específico. O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital que o aliena, mas entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um

período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia. (grifo nosso) (MARX, 1983c, p. 258-9)

Para o prestamista (possuidor do dinheiro com objetivo de valorizá-lo via empréstimo), o capital portador de juros “aparece” sob a forma absurda e mais fetichizada do capital, a forma D – D’, “tudo o que ocorre de permeio é apagado”, ou seja, a extração de mais-valia (sob a forma absoluta e relativa) no processo de produção real. Entretanto, o capital nas mãos do prestamista não se valoriza, precisa novamente retornar “ao capitalista funcionante”; só há valorização do valor no movimento sempre renovado do capital (D – M – D’). Como Marx nos mostrou, o juro nada mais é do que parte do lucro. No entanto, o capital portador de juros o juro aparece como sendo fruto do próprio capital, como nos demonstra Marx neste trecho:

[No capital portador de juros] enquanto o juro é apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante extorque do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe advém no processo de reprodução. Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada. Em D-D’ temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma crua (MARX, 1983c, p. 294).

Portanto, o capital portador de juros aparece como a forma mais fetichizada e acabada do capital. Há a reificação das relações de produção de forma plena e acabada. Entretanto, Marx desenvolve – na Seção V, do Livro Terceiro de *O Capital* – a autonomização das partes do lucro (bruto), a saber: juro e lucro “industrial”. A parte do juro aparece “como fruto que em si e para si cabe ao capital [...] como mero fruto da propriedade do capital” (grifo nosso) (MARX, 1983c, p. 280). Apesar desta autonomia, tomando-se o capital global (total) *o capital não pode proporcionar juros, sem criação de mais-valia no processo produtivo, e portanto, sem exploração do trabalho pelo capital*. Marx aborda isso nesta citação:

[...] a transformação de todo o capital em capital monetário, sem haver pessoas que comprem e valorizem os meios de produção, em cuja forma existe todo o capital, abstraindo a parte relativamente pequena deste, existente em dinheiro – isso naturalmente é um absurdo. Nisso está contido o absurdo ainda maior de que, sobre a base do modo de produção, o capital proporcionaria juros sem funcionar como capital produtivo, isto é, sem criar mais-valia, da qual o juro é apenas parte; de que o modo de produção capitalista seguiria seu curso sem a produção capitalista (MARX, 1983c, p. 282).

Ademais, em tempos de crise que se abala mundialmente, como agora, em que há “queima” brutal de capital (fictício), mais de 1 trilhão de dólares num único dia, o seguinte alerta de Marx se mostra inteiramente atual, guardadas as devidas mediações e especificidades históricas, é claro:

Se parte indevidamente grande dos capitalistas quisessem transformar seu capital em capital monetário, a conseqüência seria uma imensa desvalorização do capital monetário e uma imensa queda da taxa de juros; muitos se veriam imediatamente impossibilitados de viver de seus juros, e portanto forçados a retransformar-se em capitalistas industriais (MARX, 1983c, p. 282).

A autonomia do capital-dinheiro sob a forma de capital portador de juros, sob a forma $D - D'$, deve ser entendida como uma “autonomia relativa”. Chesnais, com precisão, diz:

O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. Assumiu, no começo, ou a forma de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parte dos lucros cedida enquanto juros ao capital de empréstimo) ou a forma de salários e rendas agrícolas que foram depois objeto de punções mediante impostos ou que sofreram a forma moderna de usura dos “créditos de consumo” ou, finalmente, de quarenta anos para cá, a forma dos salários adiados depositados em fundos privados de pensão cuja natureza vai se modificando assim que penetram a esfera financeira e se tornam massas, buscando a máxima rentabilidade. (CHESNAIS, 1995, p. 21)

Cabe destacar que a autonomização do capital-dinheiro sob a forma capital portador de juros é própria das entranhas do sistema capitalista, e se potencializa exponencialmente nas últimas décadas. Entretanto, o capital não deixa, nem pode deixar de se “alimentar” da produção de mais-valia, a qual ocorre na produção real. Como se sabe, o valor aumenta quando o processo de trabalho se converte em instrumento do processo de valorização do capital, a partir do momento que a produção capitalista se inicia. Conforme Marx (1985, p. 87) “[...] o processo de trabalho converte-se no instrumento de processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital [...] [como] um processo de exploração do trabalho alheio”. O sobretrabalho humano apropriado pelo capital na forma de mais-valia é o elemento único e imprescindível para a reprodução e valorização do capital.

Ora, a compreensão do incremento do valor-capital e de seu retorno a sua forma capital-dinheiro, *apropriação de riqueza abstrata*, está alicerçada na extração de mais-valia, a qual se dá necessariamente no processo de produção real. A autonomização do capital-dinheiro deve ser compreendida a partir desta perspectiva.

O movimento e configuração observados na “esfera financeira” coexistem no mesmo momento histórico em que os processos produtivos se tornam predominante automatizados, ou seja, prescindem do trabalho vivo *imediatamente*. A conseqüência imediata da automação dos processos produtivos nas indústrias, de forma generalizada nas últimas décadas, ocasionou à expulsão em larga escala da força de trabalho das fábricas – evidenciadas nas taxas de desemprego, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Ou seja, o desemprego e a precarização das condições de trabalho não são mais exclusividade dos países subdesenvolvidos. O desemprego estrutural é um traço característico da fase de *mundialização do capital* e irreversível sob a égide do capital.^{vi}

Na mesma medida em que ocorre a introdução da maquinaria (nos termos de Marx), e portanto, a automação dos processos produtivos, expulsando das fábricas a maior parte dos trabalhadores (na sua maioria desqualificados), há um crescimento da utilização de serviços para valorização direta de capital. Estas atividades, que, em sua maioria, são trabalhos qualificados, apresentam-se em várias esferas, a saber: trabalho do professor, do médico, cientistas nas indústrias (engenheiro, químico, físico, entre outros), *designers*, etc. Ao mesmo tempo em que o capital utiliza estes trabalhos qualificados para se valorizar, utiliza-se mundialmente de trabalhadores com salários baixíssimos ou mesmo em condições de escravidão para o processo de produção propriamente dito, através de relações de subcontratação.^{vii}

Embora o capital ainda utilize “formas pretéritas” de exploração do trabalho (LUPATINI, 2007), cabe ressaltar que estas só são formas de valorização do capital enquanto o valor da força de trabalho for mais atrativo aos “ganhos do capital” do que a automação do processo produtivo, ou seja, é uma “questão do cálculo” do capitalista. O mesmo não se dá com a utilização dos trabalhos mais qualificados, que apesar de inadequados ao modo de produção especificamente capitalista, uma vez que o processo de trabalho não pode ser objetivado, estes são inerentes ao próprio processo de desenvolvimentos das forças produtivas – ao menos no que se refere aos trabalhos qualificados ligados à produção da riqueza material, exclui-se daqui os serviços pessoais (como do professor e do médico) (TRISTÃO, 2007).

Em síntese: o capital em escala ampliada se move contraditoriamente, pois: tenta eliminar sua fonte e medida de valor – o trabalho – e ao mesmo tempo o coloca como única referência; captura atividades com atributos imanentemente humanos (saúde, educação, etc.), as quais, entretanto, são atividades não ajustadas à forma especificamente capitalista; e aparece na “esfera financeira” em sua forma absurda de valorização $D - D'$, embora necessite para isso de se nutrir da mais-valia extraída no processo produtivo.

No entendimento dessa realidade, as Ciências Sociais e Humanas, aqui com destaque as ciências econômicas, desde a segunda metade do século XIX, ao invés de revelar a realidade falsificam-na, obscurecem-na. A Economia Política, ciência da “ordem burguesa” (nos termos de Lukács), entra em crise nas primeiras décadas do século XIX e tem sua completa dissolução na segunda metade deste mesmo século. As primeiras crises capitalistas nas décadas de 20/30 do século XIX, a emergência dos movimentos sociais e o acirramento da contradição capital *versus* trabalho estão na base da transfiguração da Economia Política. Desde então, a ciência da “ordem burguesa” não se preocupa em “[...] saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadachria mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção apologética” (MARX, 1983a, p. 17).

O caráter apologético da ciência econômica é presenciado claramente com a atual “crise financeira” (2007/2008), cujo elemento detonador foram as hipotecas do setor imobiliário norte-americano. Desde então as práticas dos principais Estados capitalistas estão longe das defendidas pela “teoria do livre mercado”, teoria dominante nas ciências econômicas. O que se está presenciando é o Estado, através dos seus Bancos Centrais, assumindo o papel de emprestador e “salvador”, de última instância. Além disso, vemos estatização de bancos; sussurros ou mesmo gritos para reger as “finanças internacionais”. Em outros momentos, os defensores da “economia de mercado”, “livre comércio”, poderiam afirmar, com cinismo, que o Estado só precisa intervir na economia para corrigir pequenos e momentâneos desequilíbrios, pois depois “as leis do livre mercado” triunfariam e assumiriam as rédeas. Essa “teoria” mostrou-se útil para o capital nos anos 1970/80, para

este flexibilizar, desregulamentar, privatizar, esse era o “lema”, a “teoria”. Agora, frente à crise, regradar, estatizar é a prática, mesmo não sendo o “lema”, a “teoria”. O tempo histórico se acelerou, as condições também são outras. O que se coloca neste começo de século é o imperativo da transformação para além do capital, momento em que uma teoria que compreenda a realidade social e sirva aos interesses da humanidade é imprescindível. Porém, como veremos na próxima parte de nosso artigo, as ações da burguesia caminham no sentido de impedir que o conhecimento se apodere das massas, tornando-se arma revolucionária.

2. As armas da burguesia contra as armas teóricas do proletariado em tempos de *mundialização do capital*

A explicação da realidade social é o desafio perene do homem. Diante desse fato queremos demarcar os fundamentos da crise acelerada das formas contemporâneas de interpretação da realidade social, fato que envolve a denominada “crise paradigmática das ciências sociais e humanas”.

Essa crise do pensamento social inicia-se na constituição fragmentada das ciências sociais, desenvolvida em sua amplitude no século XX, e a qual deu margens para as mais diversas perspectivas teóricas que se propõem a explicar a realidade social, mesmo dentre aquelas que não têm como referência a produção e reprodução da vida social. Essa fragmentação das ciências teve respaldo ideológico do positivismo, do final do século XIX até o terceiro quarto do século XX, o qual classificava a ciência como neutra. Porém, em tempos de *mundialização do capital*, a mistificação da realidade encontrou na ideologia do pensamento “pós-moderno” sua forma adequada, pois essa forma de pensamento enterrou a razão e a objetividade na compreensão da realidade social e as Ciências Sociais e Humanas, hoje, acabam por ter seus conteúdos totalmente esvaziados.

Antes de tratarmos diretamente da crise das ciências sociais e humanas e do advento do pensamento pós-moderno, vamos abordar a nossa concepção de conhecimento e como este emerge de determinadas relações sociais de produção e reprodução da vida material. Objetivamos, assim, estabelecer e demonstrar o caráter histórico e material de toda explicação espiritual da realidade social e, por conseguinte, demarcar o trabalho como elemento *fundante* de toda *práxis social*.

2.1. O homem que produz conhecimento de sua realidade social

O homem é um ser natural, ele é um ser que faz parte da natureza. Ao mesmo tempo em que se constitui como ser em constante relação com a natureza, o homem é ativo e produz os seus meios de vida. Primeiramente, o processo de trabalho/vida é tencionado para a produção das necessidades elementares, naturais, ou seja, a sobrevivência. Em seu desenvolvimento histórico, as *potencialidades humanas* emergem através de oportunidades que reivindicam sistemas de mediações mais complexas, os quais se apresentam como impulsores e, ao mesmo tempo, resultantes de outros tipos de necessidades humanas.

Dentre estas novas necessidades humanas, surgem as *formas ideais* de explicação da realidade social. As *idéias* – capacidade teleológica – são as expressões das relações e atividades reais do homem, estabelecidas no processo de produção de sua existência material e social.^{viii}

Como sabemos, o homem tem necessidades físicas elementares, naturalmente determinadas, e precisa produzir os seus meios de vida. Porém, suas ações não ficam estagnadas na mera reprodução biológica, muito pelo contrário, suas carências, suas necessidades de respostas às condições objetivas da vida material e espiritual tencionam avanços que potencializam o desenvolvimento da *atividade sensível prática* do homem em graus cada vez mais elaborados. Exemplo disso é a *ciência* que confirma a existência das posições teleológicas secundárias na sua ativação com a causalidade (LUKÁCS, 1978 e 1979). A ciência é uma práxis humana originada do trabalho, mais precisamente, é uma *ação interativa* que ganha vida a partir das posições teleológicas secundárias (ANTUNES, 2001). A *práxis social* mais complexa e avançada, a ciência, está, porém, sujeita às condições objetivas e históricas do momento em que emerge. Marx e Engels fazem o seguinte comentário acerca das condições materiais responsáveis pela produção da ideologia, das idéias, da ciência, da reprodução espiritual do homem:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçado com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, da leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX e ENGELS, 1999, p. 36-7)

Uma das características essenciais para o desenvolvimento social e para o surgimento de *práxis* elaboradas e complexas é o fato do homem não se limitar à reprodução imediata das situações com as quais se depara, ele ultrapassa limites e não se restringe às necessidades que se revelam no imediato. A ação humana não é apenas biologicamente determinada, mas se dá, principalmente, pela incorporação das experiências e conhecimentos produzidos, elaborados e transmitidos entre as gerações.

O processo histórico da humanidade mostra que, em cada uma de suas “fases sociais”, encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os homens, cujo resultado cada geração transmite à geração seguinte. Dessa forma, uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que são, em parte, modificados pela nova geração. Esta lhes prescreve suas próprias condições de vida e lhes imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial. “Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias.” (MARX e ENGELS, 1999, p. 56).

A transmissão dessas experiências e conhecimentos – através da produção material e, por conseguinte, em seu desenvolvimento, através da educação, da cultura e da linguagem – permite que as gerações posteriores sejam, de certa forma, favorecidas ou prejudicadas pelas relações sociais produzidas pelas anteriores. Esse processo constante de transformação da natureza vai adquirindo a marca da ação humana, e tal relação é recíproca, de maneira a causar modificações nas formas de existência do próprio homem. O mundo não é algo dado imediatamente por toda a eternidade, uma coisa sempre igual a si mesma, mas é um produto de determinado estágio social, ou seja, a sociedade é “um

produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais se alcança aos ombros da precedente, desenvolvendo sua indústria e seu comércio, modificando a ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (MARX e ENGELS, 1999, p. 67).

No processo de produção e reprodução da existência humana, o homem cria condições para dar respostas às suas necessidades, mas ao superá-las ele é enriquecido por novas necessidades que se tornam tão essenciais quanto as anteriores. A apropriação e a superação das condições materiais não se limitam às transformações das velhas necessidades, trata-se da incorporação de novas necessidades, as quais passam a ser tão fundamentais quanto as primeiras necessidades humanas. Em alguns casos, passam até mesmo a equivaler às necessidades básicas para sua sobrevivência. Esse é um processo histórico e “a história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores”, ou seja, por um lado, o processo histórico prossegue em condições completamente diferentes à forma precedente, enquanto, por outro lado, prossegue “modificando as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa” (MARX e ENGELS, 1999, p. 70). Compreendemos, assim, a história humana, tendo como ponto de partida a *práxis social*, a qual se origina do trabalho, que sempre é manifestado mediando uma resposta às carências e necessidades humanas. Para Lukács:

[...] é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como pressuposto uma relação imediata. Ao contrário, o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. (LUKÁCS, 1978, p. 05)

No processo de dar respostas às suas carências, o homem não produz apenas meios de trabalho, mas também desenvolve *conhecimento, crença, valor, ciência*. O conhecimento alcançado em determinado momento histórico é apropriado pela humanidade e, por este motivo, é um valor universal passado de gerações para gerações. Nesse processo, a atividade educativa assume papel primordial, pois “o ato educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008, p. 13). Ocorre que, numa sociedade de classes, a produção, elaboração e transmissão do conhecimento assumem características peculiares, que podem não servir ao desenvolvimento humano, mas acabam por se resumir a uma atividade sem conteúdo, com objetivos apologéticos.

2.2. A Natureza do conhecimento numa sociedade antitética

O processo de produção da existência humana é um processo social. O homem não vive isolado, ao contrário, depende de outros, da comunidade. Os seres sociais são interdependentes em todas as formas da atividade humana, sejam quais forem as suas necessidades – produção de bens à sobrevivência, elaboração de conhecimento. A relação

de carência e reciprocidade entre os homens é criada, atendida e transformada de acordo com a organização social de determinada *particularidade histórica*.

No processo de produção e reprodução da existência humana, o trabalho é o nexo causal de todas as relações humanas. A forma através da qual o trabalho se organiza e se manifesta na distribuição dos meios de produção e na constituição da força de trabalho determina as relações de produção que compõem a estrutura econômica de uma dada sociedade. Conforme observou Marx:

O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção de vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1983d, p. 24)

A base econômica determina as formas políticas, jurídicas e, conseqüentemente, o conjunto de *idéias* que existem em cada sociedade. A transformação dessa base econômica ocasiona, necessariamente, mudanças em toda a sociedade, o que implica num novo modo de produção, o qual altera tanto a base material quanto a base espiritual da sociedade. Aqueles que detêm o poder da base material, produzem as idéias, as ideologias, os saberes para justificar e perpetuar o poder. De acordo com Marx e Engels:

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época histórica, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX e ENGELS, 1999, p. 72)

Percebemos que a produção do saber, a explicação da realidade social, ao longo da história da humanidade, ficou reservada, em maior proporção, àqueles que detêm o poder sobre a riqueza material. No modo de produção capitalista isso não é diferente. Com o fim da sociedade feudal, os conflitos emergem entre aqueles que detêm os meios de produção – os burgueses – e aqueles que só detêm a força de trabalho – os proletários. A luta de classes torna-se permanente e, necessariamente, as *idéias*, reflexos da existência material, surgem e são representadas antagonicamente.

A base econômica da sociedade, não tomada de forma isolada, é o determinante fundamental da produção e reprodução social. Tais relações sociais baseadas na

propriedade privada, a qual sustenta a sociedade burguesa, resultam em classes sociais que têm interesses conflitantes, antitéticos. Nas sociedades em que existem relações envolvendo interesses antagônicos, *as idéias refletem essas diferenças*.

Os conflitos travados na base material da sociedade têm suas expressões na produção espiritual. As idéias revolucionárias, de superação de determinado modo de produção e reprodução, surgem do antagonismo entre as classes sociais. Segundo Marx e Engels: “a existência de idéias revolucionárias numa determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária [...]” (MARX e ENGELS, 1999). A oposição não se faz somente na base econômica da sociedade – na qual a minoria detém a riqueza socialmente produzida e a maioria tem acesso somente à miséria crescente – mas nas formas de organização e tomada de consciência da classe revolucionária, a qual começa a elaborar um conhecimento que objetiva superar o estado de coisas vigente. A emersão de outras formas de interpretação da realidade cobra uma ação prática transformadora das condições da existência social. Isso é possível quando as condições objetivas são favoráveis.

Na superação da sociedade feudal, a forma de conhecimento utilizado pela burguesia, enquanto classe revolucionária, foi o pensamento social e o conhecimento científico da Modernidade.

O pensamento social da modernidade tem como principais características a confiança na razão como instrumento de obtenção do conhecimento e de modificação da realidade, a ênfase aos dados obtidos através da observação e da experimentação, o antidogmatismo e, conseqüentemente, a crítica à religião e a adesão à noção de progresso.

O século XVIII, em relação ao pensamento social e ao conhecimento científico, toma rumos diferentes daqueles empreendidos pelo século anterior. O século XVII se caracterizou pela construção de sistemas filosóficos baseados na idéia de que só se chegaria ao saber se se chegasse às certezas das quais novos conhecimentos pudessem ser dedutivamente derivados. Já no século XVIII, renuncia-se a este procedimento, com base em Isaac Newton (1643-1727), o qual propunha a análise, ao invés da dedução, como procedimento para obtenção do conhecimento. Assim, a experiência, a observação e o pensamento deveriam buscar a ordem das coisas nos próprios fatos e não mais nos conceitos. A análise possibilitaria a identificação daquilo que é comum e permanente entre os particulares, conduzindo a princípios gerais. Cabe à razão, partindo dos fatos – recolhidos pela observação – relacioná-los e identificar suas dependências. Ainda no século XVIII, não podemos deixar de destacar a exclusão de Deus na determinação do destino do homem. As ações dos homens deixam de ser explicadas em função de uma finalidade divina. O homem passa a ser dono do seu destino e, como tal, criador da própria sociedade. O Deus, quando admitido, é apenas iniciador e mantenedor do funcionamento da máquina newtoniana do mundo, sem nela interferir. De acordo com Andery:

O “Deus todo poderoso” passa a ser substituído pelo “homem todo poderoso”: a crença no poder do homem é intensa e isto se dá em função da crença no poder da razão, seja como instrumento de produção de conhecimento, seja como guia das ações humanas. Inter-relacionada à crença no poder da razão está a idéia de progresso, uma vez que se concebe a própria razão como agente do progresso humano: o progresso ocorre na medida em que existe a aplicação crescente da razão no controle do ambiente físico e cultural. (ANDERY, 1988, p. 340):

No *iluminismo*, movimento de idéias precedentes à *Revolução Francesa*, os pensadores perceberam que os resquícios do feudalismo deveriam desaparecer, para dar

lugar a um mundo novo, mais racional. A *Revolução Francesa* permitiu aos pensadores uma compreensão mais concreta da dinâmica das *transformações sociais*. Dentre os pensadores dessa época, destacamos Denis Diderot (1713-1784), que compreendeu o indivíduo como um ser condicionado por um movimento mais amplo, pelas mudanças da sociedade em que vivia. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para quem os homens nasciam livres, mas a organização da sociedade lhes tolhia o exercício da liberdade natural. A observação da estrutura social do seu tempo e suas contradições permitiu a Rousseau perceber os exageros dos conflitos de interesses entre os indivíduos, a má distribuição da propriedade, o poder concentrado em poucas mãos, e as pessoas escravizadas ao seu próprio egoísmo. (KONDER, 1981)

A passagem do século XVIII ao XIX marca transformações de radical impacto na base material da sociabilidade e, com isso, surgem reivindicações de uma ainda maior racionalidade à explicação dos fenômenos naturais e, principalmente, dos sociais. Nesse período, surgem astutos pensadores, os quais vão subsidiar o pensamento social moderno. Dentre os principais pensadores que se preocupam com a explicação da realidade social, destacamos Kant e Hegel. Esses pensadores são responsáveis pelos “paradigmas clássicos” do pensamento social moderno. Não podemos deixar de destacar a Economia Política Clássica e o Socialismo Utópico, componentes espirituais que irão dar sustentação as teorias sociais da modernidade.

Com o triunfo da burguesia como classe dominante, o abandono dos princípios da ciência da Modernidade tornou-se inevitável para a manutenção dessa nova base econômica. Saviani aponta o positivismo como a saída ideológica imediata para a mistificação do conhecimento:

[...] assim como intelectuais do tipo de Montesquieu e Rousseau constituíram-se em ideólogos da burguesia revolucionária e por isso foram capazes de fazer a crítica ao Antigo Regime, apontando as exigências da nova ordem histórica; e assim como Hegel se configurou como o ideólogo da burguesia triunfante, celebrando no conceito (na idéia absoluta) a consolidação do poder burguês, assim também o positivismo se caracterizou como a ideologia da burguesia conservadora. [...] foi justamente a subordinação do saber objetivo aos interesses burgueses que conduziu o positivismo a proclamar a neutralidade do saber como condição de sua objetividade. (SAVIANI, 2008, p. 60-1)

Com a declaração da ciência como neutra, através do arcabouço ideológico positivista, a burguesia conservadora utilizou-se da fragmentação das ciências sociais e humanas para impossibilitar o conhecimento da realidade social por parte da classe trabalhadora. O compromisso não era mais com a verdade, mas com a manutenção do modo de produção capitalista. Esse novo rumo apologético da produção de conhecimento assume faces ainda mais mistificadoras na atual fase de *mundialização do capital*. No próximo item demarcaremos a decadência ideológica do pensamento social burguês e sua forma adequada nos dias de hoje, o pensamento “pós-moderno”.

2.3. Pensamento pós-moderno: forma adequada de conhecimento apologético em tempos de *mundialização do capital*

A emergência das disciplinas autônomas do saber explica as adjacências criadas pelos ideólogos do capitalismo para mistificar as contradições sociais manifestadas nessa

sociedade. A sociologia, a história, a economia e as outras “ciências sociais e humanas” que se preocupam com o “social”, o “histórico”, o “econômico”, o “cultural”, o “político” foram criadas pelo abandono da ciência da modernidade, pela burguesia, então, conservadora. De acordo com Lukács:

[...] ocorre na economia uma fuga da análise do processo geral de produção e reprodução e uma fixação na análise dos fenômenos superficiais da circulação, tomadas isoladamente. A “teoria da utilidade marginal”, elaborada no período imperialista, assinala o apogeu deste esvaziamento da economia na abstração e no formalismo. Enquanto na época clássica havia um esforço no sentido de compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, a decadência coloca entre eles uma muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando compartimentos estanques que não existem senão na imaginação. Análoga é a evolução da ciência histórica. Assim como, antes da decadência, economia e sociologia, na investigação concreta, só eram distinguíveis metodologicamente, *a posteriori*, também a História era profunda e estritamente ligada ao desenvolvimento da produção, ao íntimo progresso das formações sociais. Na época da decadência, também aqui a ligação é artificialmente desfeita, com finalidades objetivamente apologéticas. Assim como a sociologia deveria constituir uma ‘ciência normativa’, sem conteúdo histórico e econômico, do mesmo modo a História deveria limitar-se à exposição da ‘unicidade’ do decurso histórico, sem levar em consideração as leis da vida social. (LUKÁCS, 1981, p. 123)

O século XX desenvolveu com extremismo, principalmente, no espaço universitário – instituição que assumiu a função de sistematizar o saber e formar os “especialistas” – o papel de formular “metodologias” específicas para cada disciplina autônoma, o que fortaleceu o entendimento do homem e da sociedade como partes isoladas e sem vínculo com a produção e reprodução da vida material e social. A catástrofe dessa constituição das ciências está representada no grau de alienação daqueles que frequêntam e representam o espaço universitário, pois os reconhecidos como “acadêmicos”, “cientistas”, “intelectuais” se contentam em ser especialistas em economia, em sociologia, em história, em antropologia, em filosofia e desenvolvem um saber que pouca relevância tem para a *humanidade*.

A ciência e o conhecimento produzidos deveriam, em cada época histórica, ser a alavanca esclarecedora da humanidade, porém, frente aos interesses das classes dominantes, criam “saberes equivocados” acerca do funcionamento do mundo, colocando-se, não como arma de transformação, mas como um grande obstáculo para a transformação e superação desse modo de produção. Consideramos “equivocados” os saberes que justificam o capital em detrimento do trabalho, conhecimentos que se manifestam como fruto de recortes efêmeros da realidade social. Enquanto, em condições históricas favoráveis, a ciência pode realizar uma grande obra de esclarecimento, como ocorreu nas épocas do Renascimento e do Iluminismo, verificam-se momentos históricos em que a processualidade social se desenvolve em direção inversa: “a ciência pode obscurecer, pode dar um sentido incorreto a impulsos ou talvez apenas a pressentimentos justos oriundos da vida cotidiana.” (LUKÁCS, 1981, p. 100).

A confusão e esvaziamento de conteúdo criados pela constituição fragmentada das ciências sociais e humanas trouxeram grandes dificuldades para aqueles que se propunham a investigar a realidade social, uma vez que essa realidade se apresentava

“heterogeneizada” e com “diversificadas expressões”. Durante quase todo o século XX, a idéia que surgiu no pós-guerra de que o capital podia ser “controlado” através de leis e regulamentações nas relações sociais, encontrou na ciência “neutra” e fragmentada a base teórica adequada ao processo de acumulação do capital. No processo de produção, o fordismo era a base material que propiciava acumulação de capital lastreada amplamente no trabalho vivo. O capitalismo se mostrava “arrumado” (MORAES NETO, 2003) tendo suas contradições “controladas” pelos benefícios sociais concedidos à classe trabalhadora pelo Estado do Bem-Estar Social, principalmente nos principais Estados capitalistas. Com isso, as ciências sociais e humanas “neutras” e fragmentadas, se desenvolviam dentro dos marcos do capitalismo e não na direção de sua superação.^{ix}

Com a crise dos anos 1970, e com o advento da fase de *mundialização do capital* e sua forma de “acumulação financeira”, as contradições começaram a se manifestar intensamente. O desemprego estrutural atingiu os países desenvolvidos e a miséria passou a não se restringir apenas aos países ditos subdesenvolvidos. A “alternativa” soviética desmoronou e o capitalismo, já hegemônico em sua forma capital, tornou-se forma política predominante. O desvelamento da essência absurda e fetichizada, sobre a qual a acumulação de capital tenta se sustentar, torna-se uma ameaça ao domínio da burguesia. As contradições, que expõem ideologias antagônicas (MÉSZÁROS, 2004), deveriam ser “mistificadas” e “justificadas” através de um pensamento que não tivesse nenhum compromisso com o entendimento da realidade social. O pensamento “pós-moderno” vem na direção de completar o caminho iniciado pelo positivismo – que colocava a ciência como neutra – e pela fragmentação das ciências – que impossibilitou a apreensão da totalidade –, e que juntos impediam a elaboração do conhecimento, que por apresentar a verdade, ao ser apropriado pelas massas, se tornaria arma revolucionária.

O pensamento “pós-moderno”, tomando proveito das equivocadas denúncias do “fim do trabalho”, ganhou espaço nas ciências sociais e humanas e influenciou muito o debate acadêmico nos últimos anos. O estudo fragmentado da vida social deu margem a uma “ideologia” auto-nomeada “pós-moderna”. Para Chauí (2001), essa nomenclatura pretende marcar a ruptura com as idéias clássicas que fizeram a modernidade. Segundo essa “ideologia”, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessões efêmeras e voláteis de imagens velozes. Os lugares são compreendidos na irrealidade virtual, que apaga todo contato com o espaço-tempo como estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísea; e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem que representam jogos do pensamento. A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a realidade sócio-histórica (LARA, 2008). Trata-se da substituição do conteúdo por método, do conhecimento universal por elementos do cotidiano, das relações sociais materiais historicamente determinadas por uma infinidade de elementos subjetivos fragmentados.

Desde que as ciências sociais e humanas se fragmentaram, toda a tradição da cultura ilustrada saiu das mãos da burguesia, então conservadora, e passou a ser instrumento teórico identificado nas obras de Karl Marx (NETTO; BRAZ, 2006), autor que procura não só revelar a essência da produção capitalista, mas transformá-la. A tradição marxista vem, desde então, sendo, nas ciências sociais e humanas *locus* que se contrapõe à apologética burguesa. A partir da segunda metade do século XX, as ciências sociais e humanas destacavam como principais preocupações as seguintes questões: a) “sociedade pós-industrial”; b) a perda da centralidade do trabalho; c) o capitalismo desorganizado e o esvaziamento do sujeito revolucionário; d) as possibilidades ou impossibilidades de “novos

movimentos sociais” que venham a responder pela emancipação político-social e, conseqüentemente, pela emancipação humana. Diante dessas questões, para as ciências sociais e humanas o pensamento de Marx entra em colapso, isso porque, diante de suas proposições ideológicas, a sociabilidade que lhe era subjacente já não dispõe de efetividade histórica. Netto destaca as principais críticas do saber “pós-moderno” a ciência ilustrada:

A tese de que as teorias sociais sistemáticas e abrangentes, com a sua racionalidade totalizadora, constituem um ativismo moderno que, além de não dar conta da especificidade do contemporâneo, expressam postulações teleologistas, deterministas, reducionistas, etc. – trata-se, antes de mais, no jargão pós-moderno, dos “meta – relatos”, das *grandes narrativas*. A própria razão ilustrada é posta em causa, seja pela estrutura de suas categorias nucleares (fundamentalmente, a categoria de totalidade, com freqüência responsabilizada por um viés totalitário e substituída por um holismo de conotações cosmológicas), seja pela sua vocação universalizante (acusada de ser um verniz para seu eurocentrismo), seja por uma pretensa instrumentalidade ideal em face dos poderes vigentes (estabelecendo-se uma vinculação direta entre saber/poder). (NETTO, 2004, p. 130)

Com tais críticas, o pensamento pós-moderno remete à crítica dos princípios da ciência da modernidade. É sugerido para as ciências sociais e humanas, na “pós-modernidade”, livrarem-se mesmo do naturalismo-positivismo – no interior do qual, expressamente, para os pós-modernos, inserem-se as linhagens intelectuais derivadas de Marx – para formatar uma nova *cientificidade*. O questionamento da tradição marxista virou moda entre a pseudo-intelectualidade auto-nomeada “pós-moderna”, mas esses questionamentos não se preocupam em dialogar com o pensamento clássico, ou seja, desconhecem a obra de Marx, negam diálogos e criam uma cultura anti-marxistas.

As teorias que se nutrem no relativismo cultural, na complexidade, nas oscilações do mercado, nos epifenômenos sociais, tomados de forma particular, lutam incessantemente para justificar um modo de produção e reprodução da vida social, que a cada nova crise de *acumulação do capital*, produz intensamente uma *superpopulação relativa de trabalhadores*, que sobrevivem na miséria absoluta. Uma teoria que realmente explique a realidade atual, não irá desmascarar apenas as conseqüências nefastas desse modo de produção, mas irá também revelar as bases frágeis sobre as quais o capital tenta se sustentar em seu processo de acumulação. Desmistificar o caráter fetichizado e absurdo do capital hoje, é demonstrar que sua sobrevivência depende da exploração do trabalho vivo pelo capital, base que atualmente se estreita em seu movimento autocontraditório. Defender relações sociais que se mantêm numa base fetichizada e absurda, o capital portador de juros, e que cria misérias, guerras e destruição ambiental, é uma tarefa que a burguesia teria muito mais dificuldade de cumprir sem o auxílio do pensamento pós-moderno, que relativiza teoricamente essa catastrófica realidade social.

Compreendemos que esses posicionamentos presentes nas ciências sociais e humanas, na atualidade, buscam um espaço sem maiores esclarecimentos, para amparar e justificar os posicionamentos ideológicos conservadores de caráter contra-revolucionário. No entanto, devemos ter clareza e perquirir a edificação de uma proposta teórica, já presente desde o século XIX, que tem suas premissas na compreensão das condições reais da existência social e, elaborar um *pensamento social*, o qual põe em xeque o metabolismo social do capital, pois este colocou a possibilidade da própria extinção da humanidade (MÉSZÁROS, 2002). Dessa forma, o modo de sistematizar a realidade social

tem que passar, necessariamente, pelo crivo da crítica, tendo por base uma análise da sociedade burguesa, a qual não se sustenta, principalmente pelas suas bases objetivas de produção e distribuição da riqueza.

Referências Bibliográficas

- ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: EDUC, 1988.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. n. 5, , p. 1-30, dez./1995.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.
- CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.
- COLLINGSWORTH, T.; GOOLD, J. W.; HARVEY, P. J. *Labor and Free Trade: Time for a Global New Deal*. **Foreign Affairs**. vol. 73, n. 1. Jan./Feb., 1994.
- KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LARA, R. Aproximações indispensáveis: serviço social, mundo do trabalho e crise do capital. In: TUMOLO, P. S; BATISTA, R. L. **Trabalho, Economia e Educação**. Maringá: Práxis, 2008.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade humana. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Ciências Humanas, v. 4, 1978.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais, n. 20)
- LUPATINI, M. P. Acumulação de capital e recriação de formas pretéritas de exploração. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5, 2007, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, 2007.
- MAMPAEY, L.; SERFATI, C. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso “guerra sem limites”?. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, tomo1. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro segundo. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983c.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro terceiro, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.
- MARX, K. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Prodhon**. São Paulo: Ciência Humanas, 1982b.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983d.
- MARX, K. **O Capital – Capítulo Inédito**. Livro I, Capítulo VI. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MESZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MORAES NETO, B. R. **Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a Crise dos Paradigmas na Pós-Modernidade. In: **Debates Sociais**. RJ, n. 6364, Ano XXXIX, 2004.
- NETTO, J. P. Abertura da conferência. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES SOCIAIS, 19, 2008, Salvador, BA, **Anais...**, Salvador, BA, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/jose_paulo_netto.pdf> Acesso: 26 set. 2008.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- OHMAE, K. **Além das fronteiras nacionais: as empresas no século XXI: o Japão e o mundo**. São Paulo: Arteciência, 1988.
- PAULANI, L. Crise nos EUA. **Radioagência NP**, setembro de 2008. Disponível em: <<http://jornalreporteronline.blogspot.com/2008/10/crise-nos-eua.html>>. Acesso em: 10 out. 2008
- PLIHON, D. A Ascensão das Finanças Especulativas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.5, dez. 1995.
- SAUVIAT, C. **Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário**. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 10. Ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2008.
- TAVARES, M. da C. e BELLUZZO, L. G. de M. **O Capital Financeiro e Empresa Multinacional. Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, v. 9, 1980.
- TRISTÃO, E. L. **A atividade de serviços na valorização do capital: um estudo sobre a natureza do trabalho docente no Ensino Superior Capitalista**, 2007. 109f. (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

* Doutor em Serviço Social pela UNESP, Franca, Professor Adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Pesquisador do *Grupo Emancipação*, UFVJM.

** Economista pela UNESP, Araraquara, Mestre em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP, Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Pesquisador do *Grupo Emancipação*, UFVJM.

*** Economista pela UNESP, Araraquara. Pesquisadora do *Grupo Emancipação*, UFVJM.

ⁱ O capital financeiro em sua busca incessante, desenfreada para acumulação e valorização do capital – o capital sempre em sua busca auto-referencial – acirrou a rivalidade entre as nações imperialistas, implicando em duas guerras mundiais e crises capitalistas, cujo apogeu foi a Crise de 1929. Sob a égide do capital financeiro, as economias capitalistas trazem a guerra como componente e engrenagem de seu funcionamento. As “amarras” ao capital e o controle social sobre o capital do pós-guerra só foi possível frente à crescente ameaça “socialista” e ao risco que o próprio sistema capitalista passava. O período do pós-guerra apresentou forte crescimento econômico, acompanhado de conquistas sociais (sobretudo nos países desenvolvidos). Isso propiciou a miragem para alguns de que seria possível domesticar o capital.

ⁱⁱ A queda da taxa de lucros em relação ao capital das sociedades não financeiras nos Estados Unidos foi de 14,1% entre 1961-65 para 10,5% em 1973. Na Grã-Bretanha e Japão também se observou a mesma tendência de queda da taxa de lucros. A taxa de lucros com relação aos ativos líquidos das sociedades industriais e comerciais na Grã-Bretanha era de 13,0% em 1960-64 e reduziu-se para 9,7% em 1970. A taxa de lucros com relação aos ativos brutos das empresas industriais, comerciais e financeiras no Japão era de 14,0% em 1967 e declinou para 10,9% em 1973 (MANDEL, 1990, p. 23-5). Para os três países, no cálculo da taxa de lucros, são eliminados os ganhos de reavaliação dos estoques, assim como se considerou a taxa antes dos impostos.

ⁱⁱⁱ Chesnais afirma que a “mundialização financeira” foi promovida pelos seguintes elementos: “a *desregulamentação* ou liberalização monetária e financeira, a *descompartimentalização* dos mercados financeiros nacionais e a *desintermediação*, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservados aos bancos, a todo tipo de investidor institucional” (CHESNAIS, 2005, p. 46).

^{iv} Essa elevação da taxa de juros, atitude a qual autores denominam de “Golpe de 1979”, ocasionou o “problema da dívida” nos países denominados do Terceiro Mundo, com todas as catástrofes sociais que acompanharam o processo.

^v Dados retirados de Mampaey e Serfati, 2005.

^{vi} Os países industrialmente mais desenvolvidos têm mais de 40 milhões de desempregados. Só na Europa são mais de 20 milhões de desempregados, sendo que a Europa Ocidental foi a região, no pós-guerra, onde se teve o maior controle social sobre o capital (na Alemanha, atualmente, são mais de 5 milhões de desempregados). As projeções para a China, economia que cresce há anos mais de 10%, são que este país terá mais de 260 milhões de desempregados nos próximos anos: eis uma das “leis gerais” do sistema capitalista manifestada em sua plenitude. No país que a ordem burguesa apresenta como “modelo”, os Estados Unidos, “o rendimento de 1% da população mais rica equivale a 40% daqueles que estão em um patamar mais inferior” (MÉSZÁROS, 2006, p. 29).

^{vii} Grandes empresas, como Wal Mart, K Mart e Sears, utilizam-se do trabalho de mulheres, impondo-lhes jornadas de trabalho de aproximadamente 60 horas por semana e salários com valores menores que 30 dólares por mês, como nos evidenciam as informações desta citação: “*Wal-Mart, K-Mart and Sears, the great American retail icons, are having their shirts made in Bangladesh by culturally passive Islamic women toiling 60 hours a week and making less than \$30 a month*” (COLLINGSWORTH; GOOLD; HARVEY, 1994).

^{viii} “Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. *Elas são produtos históricos e transitórios.*” (MARX, 1982b, p. 106).

^{ix} Com exceções naturalmente de autores de matriz materialista histórica. Embora muitos dos “marxistas do século XX” se movessem, em suas teorias, com o intuito de justificar o “socialismo” da URSS, mais do que na proposta de superação da forma capital. Destacamos, na contracorrente, István Mészáros.

Artigo recebido em: 10/12/2008

Aprovado para publicação em: 16/01/2009